

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO DE UMA CIDADE PEQUENA DO SEMIÁRIDO: O CASO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN (2018)

The Family Allowance Program in the context of a small town in the Semi-arid: the case of Colonel João Pessoa/RN (2018)

El Programa de Subsidios Familiares en el contexto de una pequeña ciudad en el semiárido: el caso de Coronel João Pessoa/RN (2018)



Lamonne Fernandes SOUZA – Economista pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, Brasil. *ORCID ID:* <https://orcid.org/0000-0002-4953-923X>. *CURRICULUM LATTES:* <http://lattes.cnpq.br/9259052040950361>. *EMAIL:* lamonny.mila@hotmail.com

Boanerges de Freitas BARRETO FILHO – Professor do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, Brasil. *ORCID ID:* <https://orcid.org/0000-0003-1777-3520>. *CURRICULUM LATTES:* <http://lattes.cnpq.br/4110715663058131>. *EMAIL:* boanerges.sms@hotmail.com

RESUMO

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma ação do Governo Federal que assegura a transferência de recursos para os segmentos sociais mais vulneráveis, mediante repasse diretamente para os cidadãos. O PBF objetiva contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias e servir, por consequência, para estimulação dos mercados locais. O presente estudo tem como objetivo discutir, a partir das percepções de beneficiários e comerciantes/prestadores de serviços, os rebatimentos dos recursos transferidos através do PBF para o mercado local de Coronel João Pessoa/RN. Trata-se de um estudo de caso, realizado por meio de questionários aplicados com comerciantes/prestadores de serviços e beneficiários do Programa. Os dados obtidos foram analisados de maneira qualitativa e quantitativa. Como principais resultados, a pesquisa mostrou que as famílias que possuem o benefício do PBF têm preferência por consumir os produtos/serviços disponíveis no município vizinho (São Miguel/RN), além de evidenciar a limitada participação de beneficiários do PBF na carteira de clientes dos estabelecimentos situados em Coronel João Pessoa/RN, apurou-se que prevalece o costume na realização de compras a prazo no mercado local, consequentemente comprometendo a capacidade dos empreendedores para realização de aquisições de mercadorias e/ou realização de investimentos. Saliente-se também que a base econômica municipal é muito limitada, com modestíssimas participações dos setores Agropecuário e Industrial no Produto Interno Bruto municipal, cuja dinâmica urbana se enquadra na proposição defendida por Gonçalves (2005) sobre os elementos caracterizadores de uma cidade pequena.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Cidades pequenas. Mercado local.

Histórico do artigo:

Recebido: 25 outubro, 2018

Aceito: 23 novembro, 2018

Publicado: 29 dezembro, 2018

ABSTRACT

The Family Allowance Program (PBF - abbreviation in Brazil) is a Federal Government action that ensures the transfer of resources to the most vulnerable social segments, by transfer directly to citizens. The PBF aims to contribute to improving the quality of life of the beneficiary families and serve, consequently, for stimulation of the local markets. The present study aims to discuss, from the perceptions of beneficiaries and merchants/service providers, the unfolding of the resources transferred through of the PBF to the local market of Colonel João Pessoa/RN (Brazilian municipality). This is a case study, carried out by means of questionnaires applied to merchants/service providers and beneficiaries of the Program. The data obtained were analyzed in qualitative and quantitative way. As main results, research has shown that families that have the benefit of the PBF has preference for consuming the products/services available in the neighbouring municipality (São Miguel/RN - Brazilian municipality), in addition to evidencing the limited participation of PBF beneficiaries in the client portfolio of the establishments located in Colonel João Pessoa/RN, it was found that the custom is prevalent in the realization of long-term purchases in the local market, consequently compromising the capacity of entrepreneurs to carry out purchases of goods and/or realization of investments. It should also be emphasized that the municipal economic base is very limited, with very modest participations of the Agricultural and Industrial sectors in the municipal gross domestic product, whose urban dynamics falls within the proposition defended by Gonçalves (2005) on the characterizing elements of a small town.

Keywords: Family Allowance Program. Small towns. Local Market.

RESUMEN

El Programa de Subsidios Familiares (PBF-abreviatura en Brasil) es una acción del Gobierno Federal que asegura la transferencia de recursos a los segmentos sociales más vulnerables, por transferencia directa a los ciudadanos. El PBF tiene como objetivo contribuir a mejorar la calidad de vida de las familias beneficiarias y servir, consecuentemente, para la estimulación de los mercados locales. El presente estudio pretende debatir, desde la percepción de los beneficiarios y comerciantes/proveedores de servicios, el despliegue de los recursos transferidos a través del PBF al mercado local de Coronel João Pessoa/RN (municipio brasileño). Este es un caso de estudio, realizado por medio de cuestionarios aplicados a comerciantes/prestadores de servicios y beneficiarios del programa. Los datos obtenidos se analizaron de forma cualitativa y cuantitativa. Como principales resultados, la investigación ha demostrado que las familias que tienen el beneficio de la PBF tienen preferencia por consumir los productos/servicios disponibles en el municipio vecino (São Miguel/RN-municipio brasileño), además de mostrar el limitado participación de beneficiarios en la cartera de clientes de los establecimientos ubicados en el municipio de Coronel João Pessoa/RN, se encontró que la costumbre es frecuente en la realización de compras a largo plazo en el mercado local, consecuentemente comprometer la capacidad de los emprendedores para realizar compras de bienes y/o realización de inversiones. Vale la pena destacar también que la base económica municipal es muy limitada, con participaciones muy modestas de los sectores agropecuario e industrial del producto interno bruto municipal, cuya dinámica urbana se enmarca dentro de la proposición defendida por Gonçalves (2005) sobre los elementos de caracterización de una pequeña ciudad.

Palabras clave: Programa de Subsidios Familiares. Pequeña ciudad. Mercado local.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com acentuada desigualdade social, constituindo-se num problema com longo percurso histórico e que ainda faz por merecer a atenção dos

governantes. Embora a desigualdade social seja um traço da sociedade brasileira ao longo do tempo, percebe-se que os municípios localizados nos interiores das regiões Norte e Nordeste apresentam, quase sempre, percentuais mais acentuados de famílias pobres e extremamente pobres quando comparados aos congêneres do Sul e Sudeste. Neste sentido, a questão das desigualdades sociais também se tornam um problema de atraso de algumas regiões em relação a outras, em outros termos, denotam também as desigualdades regionais.

As intervenções estatais para o equacionamento de tais circunstâncias ainda não foram suficientes para superá-las. Dentre as iniciativas formuladas e executadas nos diferentes governos, tem-se o Programa Bolsa Família (PBF) como um instrumento bastante relevante, tanto como mitigador para as dificuldades elementares de parte substancial da população, especialmente o acesso à alimentação, como para movimentação de economias municipais, destacando-se a contribuição para fomentar os pequenos negócios existentes nos municípios do Semiárido.

A importância socioeconômica do PBF se cristaliza em municípios que não dispõem de estruturas produtivas capazes de oferecerem oportunidades para as populações, dependendo-se, quase que integralmente, de atividades agropecuárias de subsistência, comércio e serviços básicos e/ou do Setor Público. A fragilidade estrutural de municípios que apresentam essa configuração torna evidente a situação de vulnerabilidade da parcela mais pobre da população e é em tal contexto que o PBF, mediante o repasse de recursos diretamente para os cidadãos, contribui para a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias e serve, por consequência, para estimular os mercados locais.

O PBF foi criado no ano de 2003, formalizado na Lei nº. 10.836, em 09 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº. 5.209, em 17 de setembro de 2004. Tem por objetivo beneficiar famílias que estejam em situação de pobreza e extrema pobreza. O Programa apresenta três eixos de atuação: transferência de renda, condicionalidades na área da saúde e educação e programas complementares, tem financiamento do Governo Federal e conta com a participação das gestões municipais para a operacionalização, especialmente, no que se referem às atualizações cadastrais (Cadastro Único - CadÚnico) (ROZINKE *et al.*, 2016).

Assim, pretende-se responder a seguinte questão: os recursos transferidos através do PBF têm contribuído para a dinamização econômica do município de

Coronel João Pessoa/RN? O presente estudo objetiva discutir, a partir das percepções de beneficiários e comerciantes/prestadores de serviços, os rebatimentos dos recursos transferidos através do Programa Bolsa Família para o mercado local de Coronel João Pessoa/RN. Ademais, a pesquisa buscou captar, a partir das percepções de comerciantes/prestadores de serviços e beneficiários do PBF, as prováveis influências exercidas por uma cidade de maior porte (São Miguel/RN) nos hábitos de consumo dos beneficiários do PBF de Coronel João Pessoa/RN.

A escolha por esta temática se deu pela significância dos estudos na área de Políticas Públicas e seus impactos sobre a sociedade e a economia. Como afirma Souza (2006a), o aumento das pesquisas acadêmicas no campo das Políticas Públicas exprime o interesse para verificação dos resultados alcançados para a melhoria da qualidade de vida da população, a partir das ações implementadas pelos governantes.

De acordo com o IBGE (2008), na hierarquia urbana existente no Alto Oeste Potiguar (AOP), observa-se que Pau dos Ferros/RN, considerado centro sub-regional A, destaca-se como centro polarizador regional e desempenha papel de cidade média/intermediária na denominada “rede urbana nordestina interiorizada” (DANTAS, 2014). O centro polarizador regional mantém relacionamentos com dois centros de zona B (Alexandria/RN e São Miguel/RN) e com outros 19 centros locais do AOP.

Os municípios de Coronel João Pessoa/RN e Venha-Ver/RN se relacionam com São Miguel/RN (centro de zona B) e são caracterizados como centros locais, ou seja, não mantêm influências sobre outras cidades (IBGE, 2008). Assim, na hierarquia urbana existente no AOP, tem-se a presença de um centro polarizador regional (Pau dos Ferros/RN) que assume características e funcionalidades compatíveis com áreas mais populosas. São Miguel/RN que, mesmo com população reduzida, consegue polarizar dois centros locais (Coronel João Pessoa/RN e Venha-Ver/RN) e Alexandria/RN que polariza um centro local (Pilões/RN) (IBGE, 2008).

Em virtude desta configuração é que se faz referência a São Miguel/RN como uma cidade de maior porte, devendo-se considerar tal denominação quando comparada à realidade existente em cidades ainda menores da região, como são os casos de Coronel João Pessoa/RN e Venha-Ver/RN.

No aspecto metodológico, o trabalho foi desenvolvido através de levantamento bibliográfico sobre a temática, realizando-se também uma pesquisa de campo com aplicação de questionários junto aos beneficiários diretos, prestadores de serviços e comerciantes. A pesquisa realizada teve caráter exploratório/descritivo, tratamento quali-quantitativo e foi realizada no mês de maio de 2018, com as abordagens realizadas nos locais de trabalho dos comerciantes/prestadores de serviços e com os beneficiários do PBF na Secretaria Municipal de Saúde de Coronel João Pessoa/RN e na Caixa Econômica Federal.

A definição do número de questionários que foram aplicados considerou os dados da pesquisa “Cadastro Central de Empresas” realizada pelo IBGE (2015) e disponível no *site* do órgão no início de 2018. A partir do levantamento que apontava a existência de 22 empresas foram aplicados 5 questionários aos prestadores de serviços e 11 aos possuidores de estabelecimentos comerciais, isso por que não foi possível identificar/localizar três empresas e os demais não quiseram participar da pesquisa.

Em relação ao número de questionários aplicados para levantamento de dados referentes às percepções dos beneficiários de Coronel João Pessoa/RN acerca dos hábitos de consumo adotados, usou-se como base o número total de famílias diagnosticadas pela Secretaria Municipal de Ação Social como participantes do PBF e que estavam recebendo o benefício.

O número de famílias cadastradas era 667 famílias com renda de até R\$ 85,00 por pessoa, consideradas extremamente pobres e 39 famílias com renda entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00, consideradas famílias pobres, totalizando 706 famílias cadastradas, com 699 famílias recebendo o benefício. Apurou-se que era relativamente comum a inclusão/exclusão em virtude das condicionalidades existentes para a permanência no Programa. Durante os dias em que foram aplicados os questionários, conseguiu-se êxito com 163 beneficiários, representando cerca de 23,3% do total de famílias.

De acordo com as informações coletadas na Secretaria Municipal de Ação Social são consideradas famílias extremamente pobres aquelas que têm renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa. As famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 por pessoa, mas podem ser incluídas no Programa, desde que tenham gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.

2 O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: FOCALIZANDO O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

De acordo com Matias-Pereira (2009, p. 27), as concepções de Estado se baseiam em duas dimensões básicas: “[...] o Estado como uma relação social de dominação, bem como o Estado como um conjunto de organizações com autoridade para tomar decisões que atinjam todos os indivíduos de uma coletividade”. O Estado tem poder e se faz sentir através de um conjunto de instituições, assumindo funções diversas e agindo sobre a sociedade, inclusive através da formulação e execução de Políticas Públicas (MATIAS-PEREIRA, 2009).

Para Pereira e Silva (2014), a introdução do termo “Políticas Públicas” nas atividades estatais surge como instrumento estratégico para ação dos governos, com o propósito de estabelecer medidas e padrões de sua ação política (intervenção) na vida econômica e social da sociedade.

A definição de Política Pública adotada se compatibiliza com a formulação de Souza (2006b, p. 26):

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

A perspectiva é que as Políticas Públicas formuladas sejam capazes de promoverem mudanças na realidade. Observou-se que o problema da desigualdade social não foi objeto de atenção direta dos governantes brasileiros ao longo do tempo, priorizou-se o processo de industrialização, acreditando-se que os demais problemas seriam superados em função do alcance do objetivo principal. Neste sentido, as experiências com programas de transferência de renda tiveram início apenas na década de 1990, através de iniciativas de alguns municípios e, posteriormente, ganharam *status* de política nacional, a partir da Lei nº. 9.533/97, que possibilitava ao Governo Federal, disponibilizar apoio financeiro aos programas que garantissem uma renda mínima às famílias carentes (SOARES, 2010).

Silva (2007, p.1431-1433), descreve o desenvolvimento histórico dos programas de transferência de renda no Brasil, apresentando momentos distintos: a inclusão na agenda política dos debates sobre transferência de renda; implantação de algumas iniciativas, a princípio em alguns municípios, e, em 1996, “com a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e com o início da implantação do Benefício de Prestação Continuada – BPC instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS” (SILVA, 2007, p. 1432); criação, no segundo mandato (1999-2002) de Fernando Henrique Cardoso, do Programa Bolsa Escola (PBE) e o Programa Bolsa Alimentação (PBA); por fim, a unificação e institucionalização de diversos programas e ações para enfrentamento dos altos índices de pobreza e fome existentes no país, nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (SILVA, 2007).

O PBF foi lançado em outubro de 2003 e propôs a unificação dos Programas de Transferência de Renda que estivessem em implementação no país, sob o propósito de “ampliar recursos para os Programas de Transferência de Renda, elevar o valor monetário do benefício e melhor atender os usuários”. O PBF consistiu na junção de “quatro programas federais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação, integrando, posteriormente, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil” (SILVA, 2007, p. 1433).

O aperfeiçoamento da estratégia governamental, bem como o estabelecimento de outras iniciativas tiveram como justificativa a existência de um contingente bastante significativo de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, aproximadamente 53 milhões ou 31,8% da população (RODRIGUES, 2011, *apud* SÁ & SILVA, 2012, p. 2).

A relevância do PBF para a redução da vulnerabilidade social é sobejamente demonstrada e reconhecida, também assume papel destacado na economia, especialmente, nas pequenas cidades do Semiárido brasileiro.

Mourão e Jesus (2011, p. 3) realizaram uma revisão sistemática sobre o PBF e concluíram que:

Há praticamente um consenso de que o PBF cumpre com um de seus objetivos – o de promover o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família. Dezenas dos artigos estudados constata essa contribuição do programa. A contribuição do Programa Bolsa Família para a redução da pobreza vem sendo também confirmada pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra

de Domicílios (Pnad) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Embora o montante transferido não seja suficiente para o atendimento das necessidades básicas das famílias, faz bastante diferença para assegurar a melhoria da alimentação. Além do aspecto social, observa-se também que o PBF promove efeitos positivos sobre as economias de municípios menos populosos.

Estudo realizado pelo MDS (2006, p. 6) apontou que:

[...] [na] distribuição das famílias beneficiárias do PBF segundo o porte dos municípios, percebe-se que a prevalência da pobreza é maior nos municípios de pequeno e médio porte, em comparação com os de grande porte populacional. Assim, para o Brasil como um todo, os municípios de pequeno porte (com até 20 mil habitantes), responsáveis por 17,4% da população total, abrigam 28,7% das famílias beneficiárias.

A concentração da pobreza nos municípios populosos, geralmente, assegura uma maior frequência relativa de beneficiários do PBF, conseqüentemente, observa-se uma elevada participação da renda transferida, via PBF, no montante de recursos transferidos pelos entes federativos, nacional e estadual, para os municípios (MDS, 2006).

3 PEQUENAS CIDADES: CONCEITOS, FUNCIONALIDADES E BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O INTERIOR NORDESTINO

Baseando-se em Corrêa (1994, *apud* GONÇALVES, 2005, p. 60), uma cidade pequena é caracterizada a partir da sua

[...] inserção numa dada área, região ou rede urbana. Isto porque as cidades se definem a partir das relações internas e em função das interações estabelecidas com outras cidades, o que vai definir sua posição no espaço regional ou na rede urbana.

Segundo Sposito (2010), as cidades apresentam tamanhos e funcionalidades diferentes, tendo em vista que o processo histórico e aspectos como a política, a economia, a geografia, dentre outros, conferem identidades específicas, embora existam semelhanças.

No Brasil, é considerada cidade toda e qualquer sede municipal. De acordo com Gonçalves (2005, *apud* COUTINHO, 2011, p. 88):

[...] compreendemos as cidades pequenas como uma das dimensões socioespaciais, geradas pelo processo histórico de produção do espaço urbano e regional. As dimensões espaciais, o número de habitantes, a pouca diversidade de funções urbanas, a dependência de um centro maior, a temporalidade lenta, a relação com a vida rural e a proximidade entre as pessoas são os principais elementos que caracterizam as cidades pequenas.

Essas características mostram as cidades pequenas como dependentes, pois pelo tamanho populacional reduzido, implica em uma necessidade maior da existência de programas assistencialistas, investimentos públicos e auxílios financeiros. Assim, municípios constituídos por uma população inferior a 20.000 habitantes apresentam em sua estrutura fatores que colaboram para maior entrelaçamento entre cidade/campo, tais como: “incipiente oferta de serviços e ainda um comércio bastante restrito”, com agricultura de subsistência ocupando parte da mão de obra e elevada dependência de transferências de recursos da união e estado. Neste aspecto, as cidades pequenas, “não possuem base econômica, agrícola ou industrial que lhes favoreça na geração de emprego e renda ou que lhes propicie uma base tributária própria para reduzir sua dependência da união” (MAIA, 2010 *apud* QUEIROZ, 2013, p. 22-23).

Os municípios do Nordeste brasileiro, especialmente do Semiárido, apresentam um alto grau de dependência de receitas repassadas pela união e estados, pois apresentam “[...] funções de intermediação comercial primária, com baixo nível de urbanização e uma estrutura política marcada pelo mandonismo local, cuja base de poder sempre foi a propriedade da terra” (CLEMENTINO, 1996 *apud* GONÇALVES, 2005, p. 49).

No Rio Grande do Norte (RN) se observa a existência de 49 municípios (29%) com população menor que 5 mil habitantes, 45 municípios (27%) com mais de 5 mil e menos de 10 mil habitantes, outros 45 com mais de 10 mil e menos de 20 mil habitantes e os demais 28 municípios (17%) com população superior a 20 mil habitantes (IBGE, 2018). Nota-se que o estado do RN é composto, em sua maioria, por municípios com população muito reduzida, inferindo-se que, pelo aspecto populacional, tem-se o predomínio de cidades pequenas no RN.

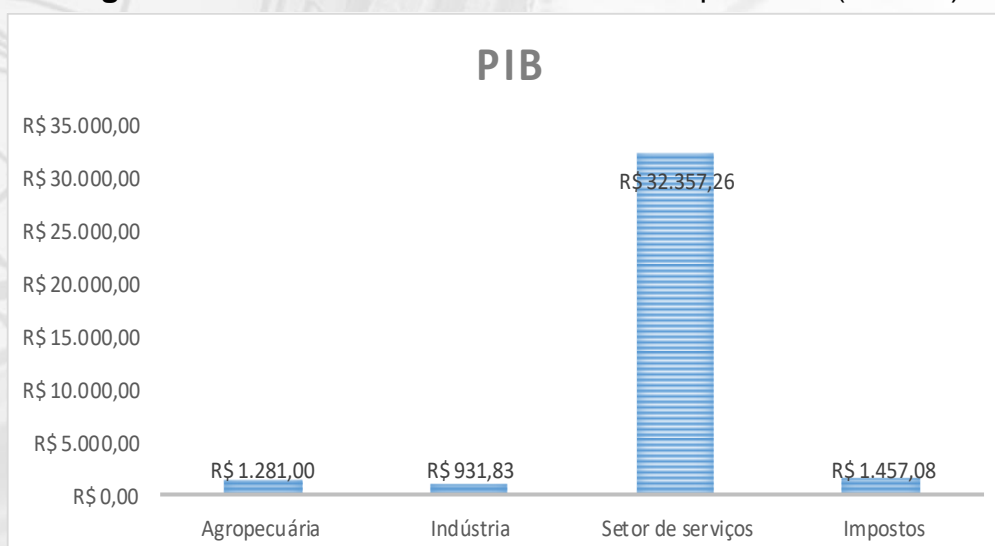
4 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN

O município de Coronel João Pessoa/RN, localizado no Alto Oeste Potiguar, possui uma área de 117 km², distante 453 km da capital do estado (Natal) e 51 km de Pau dos Ferros/RN (maior polo comercial do Alto Oeste Potiguar), a sede administrativa é considerada uma cidade pequena (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2010).

De acordo com o Censo Demográfico realizado em 2010, o município de Coronel João Pessoa/RN tinha uma população de 4.772 habitantes, sendo 2.368 homens e 2.404 mulheres, sendo que 1.777 residiam na zona urbana e 2.995 na zona rural. Dos 167 municípios que compõem o RN era o 119º município mais populoso (IBGE, 2010).

Conforme o IBGE (2015), o município, no ano de 2015, apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) à preços correntes no total de R\$ 36.027.180,00, e o PIB *per capita* foi de R\$ 7.259,15. Os dados apresentados na Figura 1 evidenciam a fragilidade estrutural da economia local, com modestíssimas participações da Agropecuária e da Indústria na composição do PIB municipal.

Figura 1 - PIB de Coronel João Pessoa/RN por setor (x 1.000)



Fonte: IBGE (2015).

O Valor Adicionado Bruto (VAB a preços correntes) foi de R\$ 34.570.100,00, com o setor Agropecuário respondendo por, aproximadamente, 3,7% do VAB; a

Indústria por quase 2,7% e o setor de Serviços por 93,6% do VAB. Os Impostos líquidos de subsídios, sobre produtos (a preços correntes) alcançou o montante de R\$ 1.457.080,00. Assim, o VAB respondeu por 96% e os Impostos Líquidos à preços correntes apenas 4% do PIB municipal no ano de 2015.

O primeiro aspecto que merece ser ressaltado é que o município vem enfrentando, assim como praticamente todo o Semiárido, um longo período de estiagem (2012-2017). Muito embora, no ano de 2015, as áreas destinadas para as lavouras temporárias e as permanentes tenham sido colhidas, não é possível desconsiderar os efeitos da irregularidade climática sobre o rendimento médio das produções, nem sobre a disposição dos agricultores para manutenção/ampliação das áreas destinadas para as lavouras, em relação aos períodos de precipitações regulares (IBGE, 2015).

No caso de Coronel João Pessoa/RN, no ano de 2015, o setor de Serviços respondeu por 93,6% do VAB e por 89,8% do PIB municipal. Quando se decompõe o setor de Serviços em “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” e “demais Serviços”, tem-se, respectivamente, os montantes de R\$ 25.001.360,00 (69,4% do PIB municipal) e R\$ 7.355.900,00 (20,4% do PIB municipal) (IBGE, 2015).

Em 2003, ano em que o PBF foi criado, os dados de Coronel João Pessoa/RN, com todos os montantes expressos a preços correntes, foram os seguintes: R\$ 10.673.000,00 (PIB municipal), com a Agropecuária contribuindo com R\$ 1.215.000,00, Indústria com R\$ 372.000,00, Serviços em “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” com R\$ 6.701.000,00, “demais Serviços” com R\$ 2.089.000,00 e Impostos Líquidos com R\$ 297.000,00 (IBGE, 2018).

Observa-se que na composição do PIB municipal, em 2003, o setor da Agropecuária contribuiu com quase 11,4%, a Indústria com 3,5%, Impostos Líquidos com 2,8%, Serviços em “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” com 62,8% e “demais Serviços” com 19,6% (IBGE, 2018).

No período de 2003 a 2015, verifica-se o aumento da participação dos Serviços em “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” (de 62,8% para 69,4% do PIB municipal), certa estabilidade em relação a participação dos “demais Serviços” (de 19,6% para 20,4% do PIB municipal), Indústria e Impostos Líquidos e queda da participação do setor Agropecuário.

Verifica-se que, no período de queda de participação da Agropecuária na composição do PIB municipal ocorreu a expansão dos Serviços em “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”, percebendo-se que cresceu a dependência econômica em relação ao Setor Público.

O movimento se compatibiliza com a caracterização de uma “economia sem produção”, expressão utilizada pelo economista Gustavo Maia Gomes para designar as economias altamente dependentes de transferências governamentais (benefícios previdenciários, com destaque para a Aposentadoria Rural, e programas sociais, com destaque para o PBF) e com modestos desempenhos dos setores agropecuário e industrial (GOMES, 2001).

Observando-se a questão pelo aspecto social, tem-se que a expansão da rede de proteção (incluindo-se o PBF) serviu como compensação para a redução da importância relativa da agropecuária, bem como, para a atenuação das desigualdades socioespaciais.

O cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) considera indicadores como Longevidade, Renda e Educação, variando entre 0 e 1. Assim, “quanto mais próximo de 0, pior é o desenvolvimento humano do município”, enquanto “quanto mais próximo de 1, mais alto é o desenvolvimento do município” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD, 2018). A Tabela 1 apresenta dados sobre a evolução do IDH Municipal para os anos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano municipal de Coronel João Pessoa/RN (1991-2010)

ANO	IDH MUNICIPAL
1991	0,263
2000	0,408
2010	0,578

Fonte: PNUD (2018).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apresenta uma faixa de desenvolvimento humano, para assim classificar o nível em que cada município se encontra, sendo considerado muito baixo quando apresenta IDHM entre 0,000 e 0,499; baixo para aqueles entre 0,500 e 0,599; médio 0,600 até 0,699; alto 0,700 até 0,799; e muito alto de 0,800 até 1,000 (PNUD, 2018).

Observa-se a evolução do índice em Coronel João Pessoa/RN, saindo de um índice de apenas 0,263 em 1991 para 0,408 em 2000 (ambos enquadrados como muito baixo), subindo para 0,578 em 2010, enquadrando-se no nível de baixo desenvolvimento humano (PNUD, 2018). Sabe-se que a melhoria no índice não decorre de apenas uma ou outra ação, mas de um conjunto de circunstâncias favoráveis, como: o controle da inflação, crescimento econômico, expansão dos serviços públicos (saúde, educação e área social), valorização real do salário mínimo, etc., mas é fato que o município saiu da faixa de muito baixo para baixo desenvolvimento humano após a criação do PBF.

A Figura 2 expõe os percentuais dos Indicadores que compõem o IDHM, nos respectivos anos de 1991, 2000 e 2010. Verifica-se que, ao longo do tempo, os índices melhoraram. Desagregando-se a evolução para os períodos, considerando-se os dados da Tabela 1 e Figura 2, tem-se para o período entre 1991 e 2000:

O IDHM passou de 0,263 em 1991 para 0,408 em 2000 - uma taxa de crescimento de 55,13%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 80,33% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,137), seguida por Longevidade e por Renda (PNUD, 2018).

Já para o período entre 2000 e 2010:

O IDHM passou de 0,408 em 2000 para 0,578 em 2010 - uma taxa de crescimento de 41,67%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 71,28% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,233), seguida por Renda e por Longevidade (PNUD, 2018).

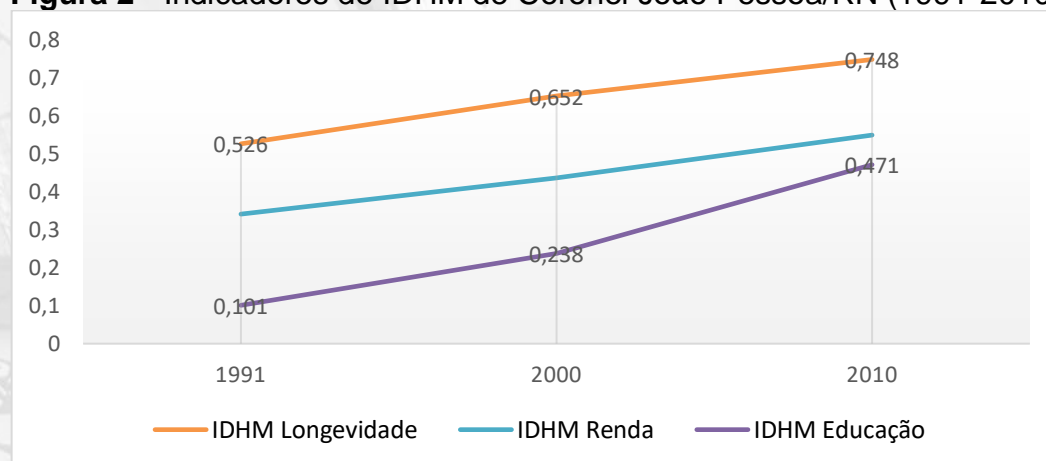
Observa-se que para a década (1991-2000) a taxa de crescimento do IDHM e a redução do hiato de desenvolvimento humano foram mais significativas do que ocorreu na década seguinte (2000-2010), contudo, para a segunda década, ocorreu um crescimento absoluto mais significativo da Renda do que de Longevidade. Tal perspectiva decorre, dentre outros aspectos, da expansão econômica observada no período e o consequente crescimento de empregos gerados, valorização do salário mínimo e também pelo aumento das transferências diretas aos cidadãos realizadas pelo Governo Federal.

Já em relação ao período (1991-2010), tem-se que:

[...] o IDHM do município passou de 0,263, em 1991, para 0,578, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) [RN] passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 119,77% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 57,26% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,370), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda (PNUD, 2018).

Destaque-se o avanço absoluto do índice de Educação, embora ainda permaneça no nível muito baixo em 2010 e que, portanto, ainda faz por merecer maior atenção dos gestores municipais.

Figura 2 - Indicadores de IDHM de Coronel João Pessoa/RN (1991-2010)



Fonte: PNDU (2018).

O percentual de extremamente pobres, em 1991, foi 74,96%, sendo reduzido para 23,05% em 2010. O percentual de pobres, em 1991, foi 89,31%, sendo reduzido para 43,14% em 2010. Enquanto o Índice de Gini, no ano de 1991 foi de 0,64, melhorando para 0,50 em 2010. O índice de Gini é o “instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo”, variando de 0 a 1, quanto mais próximo de zero maior será a igualdade e quanto mais próximo de 1 maior a concentração de renda (PNUD, 2018).

Os dados sobre extrema pobreza e pobreza ainda se constituem em índices muito significativos, mas é visível a melhora da performance quando se comparam os dados disponíveis para o ano de 1991 com os de 2010. Saliente-se que a principal diretriz do PBF é o enfrentamento da extrema pobreza e pobreza e mesmo

reconhecendo que o Programa não seja o único responsável, nem o principal, tem-se que admitir que contribuiu para o resultado.

A relevância das diversas políticas públicas para a melhoria da performance socioeconômica de Coronel João Pessoa/RN, em que pese a fragilidade estrutural decorrente da atrofia do setor produtivo e da elevada dependência de transferências de recursos, também se exprime, ainda que indiretamente, pelo número de estabelecimentos empresariais existentes no município. No ano de 2015 existiam 22 empresas locais, enquanto as pessoas ocupadas no município totalizaram 272 e pessoas ocupadas assalariadas totalizaram 255, com salário médio mensal de 2,0 salários mínimos (IBGE, 2015).

5 CORONEL JOÃO PESSOA/RN: PERCEPÇÕES DE COMERCIANTES/PRESTADORES DE SERVIÇOS E BENEFICIÁRIOS DO PBF SOBRE O CONSUMO E A ECONOMIA LOCAL

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), diante de uma população de 4.772 habitantes, o município de Coronel João Pessoa/RN tinha 1.091 pessoas inscritas no CadÚnico. Na Tabela 2 está a distribuição da renda das famílias cadastradas quando do levantamento dos dados.

Tabela 2 - Renda per capita de cadastrados no CadÚnico em Coronel João Pessoa/RN (2018)

Renda <i>per capita</i>	Quantidade de famílias
De até R\$ 85,00	667
Entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00	39
Entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo	197
Acima de meio salário mínimo	188
Total:	1.091

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Coronel João Pessoa/RN (2018).

Considerando os dados da Tabela 2, percebe-se que, dentre as famílias cadastradas no CadÚnico, o percentual de famílias com renda *per capita* de até R\$ 85,00 é o mais significativo, com 61% do total. De R\$ 85,00 até R\$ 170,00, tem-se apenas 4%, enquanto as famílias com renda *per capita* entre R\$ 170,01 até meio salário mínimo representavam 18% e aquelas acima de meio salário mínimo com 17% do total.

Considerando-se o número de famílias extremamente pobres e pobres, tem-se 706 famílias cadastradas em condições de serem contempladas pelo PBF. Mesmo adotando uma perspectiva conservadora para o tamanho médio de tais famílias (três pessoas) se verifica a possibilidade de que 2.118 habitantes estejam se beneficiando do Programa. Saliente-se também que a permanência no PBF requer o cumprimento de condicionalidades nas áreas de educação e saúde e que a variável com melhor performance no IDH municipal foi exatamente a educacional.

Para observação da relevância econômica associada ao PBF foram aplicados 16 questionários (comerciantes/prestadores de serviços). Observou-se o predomínio de mulheres empreendedoras, sendo o público-alvo composto por nove mulheres e sete homens. A distribuição por setores de atividades foi a seguinte: duas farmácias, uma papelaria, três lojas de variedades, cinco mercadinhos e cinco prestadores de serviços. A faixa etária dos empreendedores apresentou uma distribuição entre 22 anos e 59 anos.

Em relação ao local de residência da clientela, verificou-se que nove empreendedores informaram que a maior parte dos consumidores residia na zona urbana. Verifica-se que a maioria da clientela é residente na cidade e apenas dois empresários indicaram que mais de 50% dos clientes recebem o PBF. Como a população local é bem reduzida, pode-se considerar provável que a percepção sobre o local de residência da maioria da clientela seja correta.

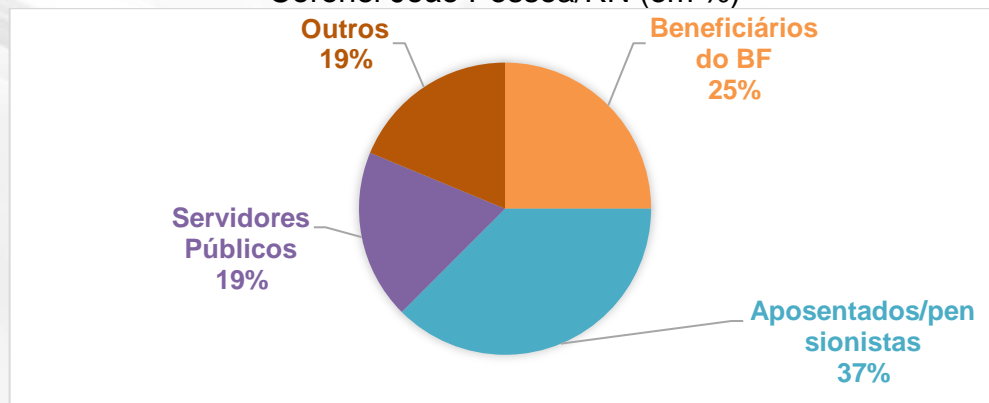
Apurou-se que os empreendedores consideravam uma atitude corriqueira dos beneficiários do PBF adquirirem poucos produtos/serviços nos estabelecimentos, pois percebiam que os principais dispêndios de recursos ocorriam em São Miguel/RN, restando-lhe o atendimento de demandas circunstanciais em momentos de urgência/necessidade.

Em relação à forma de pagamento, observou-se que 80% dos beneficiários do PBF optavam por pagar aos comerciantes através de prestação/fiado (compras anotadas para posterior pagamento), enquanto o pagamento à vista era preferido por 20% da clientela. Na pesquisa foi identificado que os pagamentos efetuados à vista aconteciam quando os beneficiários adquiriam serviços aos prestadores. Os comerciantes/prestadores de serviços apontaram que o período de maior aglomeração de clientela ocorre entre o primeiro e o décimo dia de cada mês.

A Figura 3 apresenta a participação da clientela, distribuída pelos segmentos mais representativos. Sendo a maior clientela constituída por

aposentados/pensionistas, seguido pelos beneficiários do PBF. Para a obtenção desta informação foi solicitado que os empresários indicassem, em percentuais, uma composição aproximada da clientela recorrente dos estabelecimentos.

Figura 3 – Composição da Clientela dos Comerciantes/Prestadores de Serviços de Coronel João Pessoa/RN (em %)



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os empreendedores foram questionados sobre a composição da clientela e apontaram maior prevalência de aposentados, seguido por beneficiários do PBF, servidores públicos e outros. Saliente-se que tais percentuais decorrem da percepção dos entrevistados, pois não foram identificadas rotinas estabelecidas para manutenção de dados cadastrais pormenorizados da clientela, assim não se descarta a possibilidade que os empresários apenas não tenham informações sobre todos os clientes que recebem o recurso do Programa.

A composição média da clientela dos estabelecimentos pesquisados, a partir da percepção dos empresários, encontra ressonância na estrutura econômica existente, marcada pela acentuada participação do Setor Público, quer seja como empregador direto (servidores estaduais e municipais) e/ou através das transferências realizadas (aposentadorias, pensões, benefícios).

Ressalte-se também que a percepção arraigada entre os empresários pesquisados sobre o comportamento de parte da população local realizar compras na cidade de São Miguel/RN se compatibiliza com os deslocamentos dos habitantes das cidades de menor nível hierárquico para as cidades de maior porte, especialmente, em virtude da maior disponibilidade de produtos e serviços (SANTOS, 2008).

Os dados coletados com os empresários pesquisados indicam uma percepção geral que o PBF não vem contribuindo, na forma desejada, para a

dinamização da economia local. Quando são consideradas as transferências realizadas diretamente para os beneficiários do município se verifica um montante bem expressivo de recursos.

Por exemplo, no mês de agosto do corrente ano (2018) foram repassados R\$ 159.799,00, anualizando o montante, tem-se R\$ 1.917.588,00 (MDS, 2018). No mesmo mês, a prefeitura recebeu R\$ 632.476,78 de Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é a principal fonte de recursos da administração municipal (SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL - SISBB, 2018). No mês de referência utilizado, agosto de 2018, o montante de recursos do PBF correspondeu a 25,3% da receita de FPM, constituindo-se em importante volume de recursos transferidos para os beneficiários locais.

Entretanto, a transferência para os beneficiários de Coronel João Pessoa/RN não garante a circulação do dinheiro no mercado local, em virtude de muitos preferirem realizar parte das compras no município de São Miguel/RN. Saliente-se que o deslocamento para o município vizinho faz parte do cotidiano, também é facilitado pela proximidade e existência de transportes alternativos.

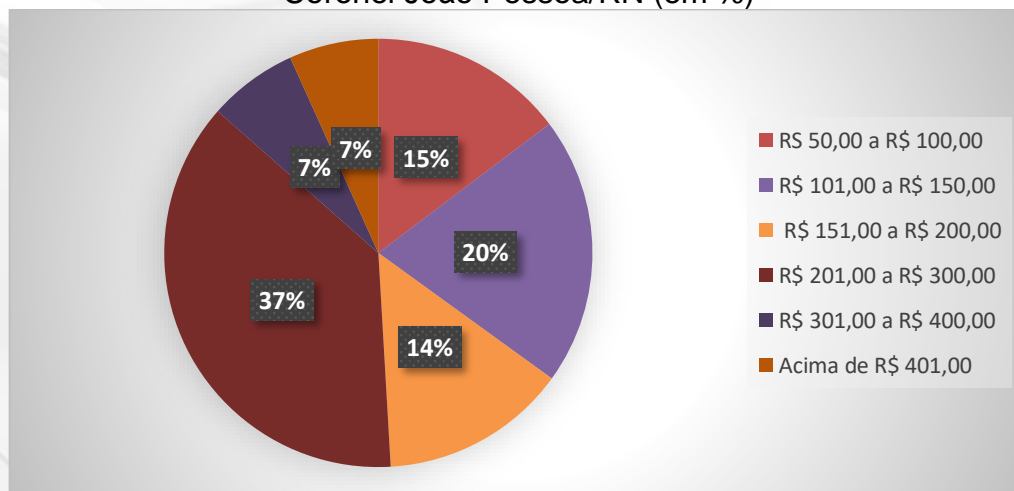
Do total de 699 beneficiários do PBF do município de Coronel João Pessoa/RN, foram entrevistados 163 beneficiários, representando assim 3,4% do total da população do município (4.772 pessoas), com 121 do sexo feminino e 42 do sexo masculino. Registre-se que o Programa Bolsa Família paga o benefício, preferencialmente, às mulheres e este aspecto foi verificado nas abordagens realizadas, pois cerca de 60% dos responsáveis pelos recebimentos dos benefícios era do sexo feminino. Apurou-se que a responsabilidade de gerenciar uma renda monetária representa a afirmação feminina em sua posição na estrutura familiar.

No que se refere à composição familiar, os dados da pesquisa mostraram que 47,5% das famílias são formadas por uma a três pessoas, 43,75% das famílias são compostas por quatro a seis pessoas e 8,75% referiram lares com mais de seis pessoas.

A Figura 4 apresenta os percentuais de famílias beneficiárias do PBF por montante de recursos recebidos no mês imediatamente anterior à realização da pesquisa de campo. Os dados apontaram que 37% receberam um montante entre R\$ 201,00 e R\$ 300,00; 20% receberam entre R\$ 101,00 e R\$ 150,00; 15% informaram o recebimento de recursos entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00; 14% apontaram

que receberam entre R\$ 151,00 e R\$ 200,00; 7% indicaram que receberam entre R\$ 301,00 e R\$ 400,00; outros 7% receberam acima de R\$ 401,00.

Figura 4 – Distribuição por Montante Recebido pelos Beneficiários do PBF de Coronel João Pessoa/RN (em %)



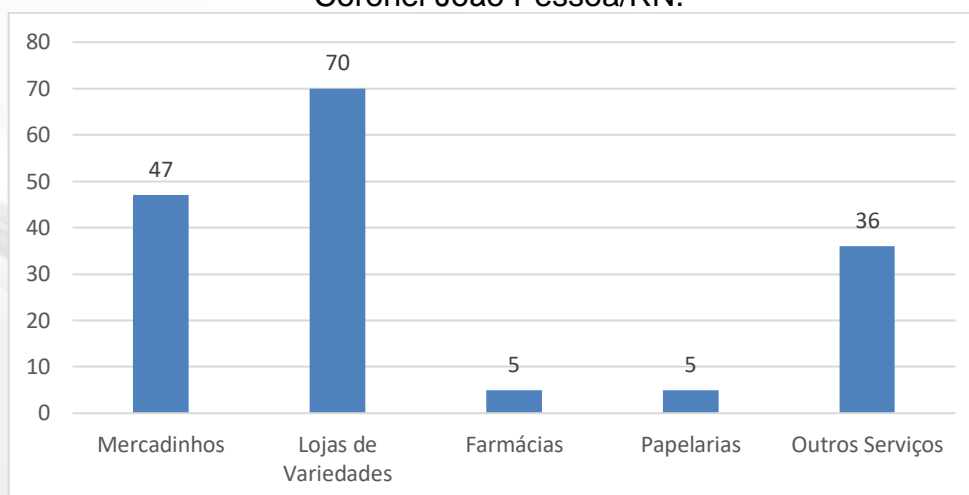
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No que se refere à preferência/escolha por local onde efetuar as comprar/pagamentos, 71% dos pesquisados informaram que preferiam comprar/gastar em outras cidades, enquanto 29% indicaram que optam por comprar/gastar o benefício no mercado de Coronel João Pessoa/RN.

Os beneficiários do PBF apontaram os seguintes aspectos como determinantes para a escolha da cidade vizinha (São Miguel/RN): os preços serem mais baixos e acessíveis, número bem expressivo de estabelecimentos comerciais e de serviços, fornecendo-lhes maior variedade de produtos, além da facilidade de acesso por se encontrar a uma distância de apenas 9 Km do município de Coronel João Pessoa/RN.

Quando questionados sobre os setores de preferência para gastar o dinheiro do PBF, as Farmácias e as Livrarias/Papelarias representaram apenas 3% cada, como mostra a Figura 5.

Figura 5 - Setores em que se distribuem os gastos do dinheiro do Bolsa Família em Coronel João Pessoa/RN.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Conforme os dados da Figura 5, o setor que mais se destacou foi de Lojas de Variedades com 43%, seguido dos Mercadinhos com 29%, enquanto os gastos com Outros Serviços alcançou 22% das respostas (os destaques foram para os desembolsos com pagamentos de contas mensais, como: água, luz e *internet*). Com relação ao período do mês em que os beneficiários gastam/fazem uso dos recursos: 71 afirmaram escolher gastar o dinheiro em até 10 dias após o recebimento, enquanto 50 pessoas optam por gastar no mesmo dia em que recebem e 42 afirmaram que fazem uso do dinheiro em até 20 dias após o recebimento.

Indagados sobre a existência de pessoas residentes no domicílio e ocupadas no período da pesquisa: apurou-se que 20,02% dispunham de, pelo ou menos, uma pessoa com vínculo empregatício, enquanto 61,23% informaram que não dispunham de pessoas residentes com quaisquer vínculos empregatícios, outros 10,25% dos pesquisados informaram que tinham, pelo ou menos, um aposentado/pensionista residente no domicílio e 9,50% indicaram a existência de outras formas de obtenção de renda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, a partir dos dados da pesquisa de campo, que as aquisições dos beneficiários do PBF ocorrem, preferencialmente, no município vizinho de São Miguel/RN, restando para os comerciantes/prestadores de serviços de Coronel João

Pessoa/RN o atendimento das demandas eventuais, com predominância de compras esporádicas e/ou de menor monta através da modalidade a prazo (compras anotadas para posterior pagamento).

Os dados levantados indicam a compatibilidade entre as percepções de comerciantes/prestadores de serviços sobre as preferências dos beneficiários em realizarem compras em São Miguel/RN, com as informações coletadas entre os beneficiários, em que 71% dos pesquisados informaram a preferência por comprar/gastar na cidade vizinha (São Miguel/RN).

Com referência ao posicionamento no espaço do AOP, verificou-se que os deslocamentos dos beneficiários do PBF de Coronel João Pessoa/RN para a cidade vizinha (São Miguel/RN) corroboram a permanência das interações estabelecidas entre o centro local (Coronel João Pessoa/RN) com o centro de zona B (São Miguel/RN), apontada na pesquisa do IBGE (2008).

Os argumentos dos comerciantes/prestadores de serviços em não mudarem o *modus operandi* podem ser sintetizados na indicação de que a clientela tinha por hábito realizar compras por meio de pagamentos em prestações/fiado, implicando em restrita disponibilidade financeira para adquirir mercadorias diversificadas e conseguir liquidar as obrigações nos prazos estipulados pelos atacadistas para a quitação das faturas. Tal arranjo sugere uma limitação para se alcançar um crescimento mais vigoroso das atividades dos serviços existentes na cidade e, conseqüentemente, reduzindo as perspectivas para a alteração das funcionalidades de centro local.

Em relação ao tipo de estabelecimento em que os beneficiários tem prioridade em gastar o benefício, apurou-se que o setor de Lojas de Variedade apresentou o maior percentual (43%), seguindo-se os desembolsos em Mercadinhos (29%) e os pagamentos de serviços (22%), sendo tais operações realizadas, pela maioria, até o décimo dia após o recebimento (50 beneficiários informaram que gastam os recursos no mesmo dia em que recebem e outros 71 beneficiários usam o dinheiro até o décimo dia após o saque dos recursos).

Os dados levantados indicam que 72% dos beneficiários priorizam gastos com aquisições de mercadorias (Lojas de Variedades e Mercadinhos), sendo plausível considerar que destinam parte dos recursos para a aquisição de alimentos e parte para aquisições de roupas, calçados, utensílios domésticos e até móveis e eletrodomésticos. A possibilidade que estejam comprometendo parte substancial dos

recursos recebidos do PBF com aquisições diversas é reforçada pelo hábito de assumir compromissos a prazo.

Saliente-se que a inclusão no Programa assegura uma renda relativamente estável, ainda que modesta, servindo como garantia para os lojistas da capacidade de pagamento de prestações de pequeno montante. Essa possibilidade também encontra sustentação com a redução de exigências de lojistas para expandir as vendas e para assegurar a fidelização da clientela, uma vez que o cliente assume inúmeras parcelas de prestações e tem que retornar durante muitos meses ao estabelecimento.

Também se faz necessário ressaltar que a interação existente entre o centro local (Coronel João Pessoa/RN) com o centro de zona B (São Miguel/RN), a partir dos deslocamentos dos beneficiários do PBF, corrobora o papel desempenhado pelo centro de maior hierarquia, cujas funcionalidades se exprimem nas formas de Lojas de Variedades e/ou Mercadinhos. Dois aspectos podem ser ressaltados: a fragilidade da estrutura econômica do centro local, que não oferece perspectivas atraentes para a realização de aquisições de mercadorias mais elaboradas, representando uma sinalização de manutenção da interação existente entre as cidades, bem como, serve para realçar as diferenciações que se estabelecem num espaço regional aparentemente homogeneizado.

As duas cidades têm populações abaixo de 15 mil habitantes: São Miguel/RN com 14.500 habitantes na zona urbana e 1.777 pessoas residentes na cidade de Coronel João Pessoa/RN, mas assumem funcionalidade diferenciadas, indicando a perspectiva de hierarquização entre espaços, às vezes, erroneamente, interpretados como idênticos.

Os dados colhidos na pesquisa sugerem que os recursos transferidos pelo Governo Federal para os beneficiários do PBF no município de Coronel João Pessoa/RN não têm significado maior dinamização da economia local, corroborando-se tal percepção pelos seguintes achados: preferência por comprar/gastar os recursos em outras cidades, especialmente na vizinha São Miguel/RN; realização de compras/gastos no mercado local com predominância de operações a prazo, limitando a disponibilidade de recursos para os comerciantes/prestadores ampliarem seus empreendimentos; participação na distribuição da clientela, segundo os empreendedores pesquisados, de 25% de beneficiários do PBF, sendo plausível

considerar um percentual baixo em vista da massiva participação de beneficiários do PBF, quando considerada a população total do município.

Saliente-se também que a base econômica municipal é muito limitada, conforme se depreende da distribuição setorial do PIB municipal, com modestíssimas participações dos setores Agropecuário e Industrial, cuja dinâmica urbana se enquadra na proposição defendida por Gonçalves (2005) sobre os elementos caracterizadores de uma cidade pequena. Ademais, a significativa participação do Setor Público (inclusive no setor de Serviços) na economia e o reduzido tamanho da população se compatibilizam com a realização de “funções de intermediação comercial primária”, conforme defende Clementino (1996 *apud* GONÇALVES, 2005).

REFERÊNCIAS

COUTINHO, S. A. Perfil, relações e necessidades: uma breve análise sobre as cidades pequenas. **GeoTextos**, v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/5270/3781>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

DANTAS, J. R. de Q. **As cidades médias no desenvolvimento regional: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN)**. Natal, 2014, 260p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/13834>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

GOMES, G. M. **Velhas secas em novos sertões**: continuidade e mudanças na economia do Semi-árido e dos Cerrados nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.

GONÇALVES, F. E. **Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar**. 2005. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/FranciscoEG.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico (2010). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=series-historicas>>. Acesso em: 02 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Economia de Coronel João Pessoa/RN (2015). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/coronel-joao-pessoa/pesquisa/38/46996>>. Acesso em: 02 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico (diversos anos). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=series-historicas>>. Acesso em: 02 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estimativa populacional (2018). Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_dou_2017.pdf>. Acesso em: 02 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Geociências. Coordenação de Geografia. **Regiões de influência das cidades, 2007**. 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto dos Municípios. Coronel João Pessoa/RN (2003). 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/coronel-joao-pessoa/pesquisa/38/46996?ano=2003>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças públicas**: a política orçamentária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). Município de Coronel João Pessoa/RN. Resumo do Bolsa Família. 2018. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). Sumário Executivo. A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros – segundo estudo. 2006. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/A%20import%C3%A2ncia%20do%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20nos%20munic%C3%ADpios%20brasileiros%20segundo%20estudo_2006.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MOURÃO, L.; JESUS, A. M. de. Programa Bolsa Família: uma análise do programa de transferência de renda brasileiro. **Field Actions Science Reports. The journal of field actions**, n. Special Issue 3, 2011. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/factsreports/1319#tocto2n3>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

PEREIRA, N. M. A.; SILVA, J. L. C. Uma reflexão sobre Políticas Públicas: fundamentos de origem e percepções conceituais. **INTERFACE**, v. 11, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://ojs.ccsa.ufrn.br/ojs/index.php?journal=interface&page=article&op=view&path%5B%5D=442&path%5B%5D=489>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Perfil Completo de Coronel João Pessoa/RN

(2018). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/2803>. Acesso em: 18 mai. 2018.

QUEIROZ, L. G. de. Análise da formação do espaço urbano das pequenas cidades: estudo de caso sobre Pedro Régis–PB. 2013. Monografia, Departamento de Geografia, UEPB. Guarabira/PB. 2013. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/2592>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

ROSINKE, J. G. *et al.* Efeitos sociais e econômicos para o desenvolvimento local através das contribuições do Programa Bolsa Família no município de Sinop-MT no período de 2004 a 2009. **Interações (Campo Grande)**, v. 12, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/viewFile/357/405>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

SÁ, M. O. L. de; SILVA, L. B. da. Uma Análise da Aplicação do Programa Bolsa Família (PBF) no Município de São Bentinho–PB. **V EnAPG**, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/uma_analise_da_aplicacao_do_programa_bolsa_familia_no_municipio_de_sao_bentinho_a_pb_1343830792.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN. Dados cadastrais do PBF/CADÚNICO - Coronel João Pessoa/RN (2018).

SILVA, M. O. da S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 1429-1439, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232007000600006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 28 dez. 2017.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL (SISBB). Demonstrativo de Distribuição da Arrecadação. Disponível em: <<https://www42.bb.com.br/portallbb/daf/demonstrativo,802,4647,4652,0,1,1.bb?cid=18128>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

SOARES, L. de A. S. **Transferências de renda**: modalidades e finalidades. 2010. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/luisaazevedoTransferenciasderendanoBrasil.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, v. 16, n. 39, 2006(a). Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/2789>>. Acesso em: 07 mai. 2018.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano 8, n. 16, 2006(b). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 24 set. 2018.

SPOSITO, E. S. **A vida nas cidades**. 5. ed., 2. reimpressão, São Paulo: Contexto, 2010.

